



ID: 52148570

23-01-2014

Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

“A classe média portuguesa deixou praticamente de existir”



Sofia Abreu Silva

No início de mais um ano em que a austeridade permanecerá, o OPINIÃO ESPECIAL falou com quem mais percebe de contas e fiscalidade. Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, não tem dúvidas de que a classe média, fustigada pelos sacrifícios, deixou, basicamente, de existir.

OPINIÃO PÚBLICA: Podemos começar pelo balanço de 2013. Como caracteriza o ano que passou?

Domingues Azevedo: Foi um ano em que se agudizaram as dificuldades dos cidadãos e em que, não obstante se terem verificado algumas melhorias na economia, não tanto pelo desenvolvimento da nossa, mas sim pela influência da recuperação da economia europeia, mas que infelizmente ainda não chegou aos cidadãos, antes pelo contrário têm sido estes, especialmente os que vivem do seu trabalho, que têm pago a crise. Ninguém de bom senso tem dúvidas da necessidade que existia de encontrar o equilíbrio das contas públicas, mas foi pedido um esforço desumano aos trabalhadores, a quem vive do seu trabalho ou tem o seu pequeno negócio, não sendo pedidos, na mesma medida, esse mesmo sacrifício a diversas fontes de rendimento, como é o caso dos capitais, das mais valias, dos dividendos e até dos rendimentos pre-

diais a quem, no ano de 2013, se criou uma espécie de taxa dourada, retirando-os dos rendimentos globais, para os passar a tributar a uma taxa autónoma de 28%.

As consequências estão à vista?

A classe média portuguesa deixou praticamente de existir e, na falta de rendimentos próprios, muitos deles estão a regressar à casa dos pais, porque não conseguem gerar rendimento para sobreviver autonomamente. Classes profissionais ainda há bem pouco tempo consideradas de bom rendimento, como é o caso de muitos arquitetos, engenheiros, advogados, sobrevivem com enormes problemas. Alguns governantes gostam de equiparar a economia portuguesa à irlandesa para justificar os seus atos, mas dizem apenas o que lhes interessa, esquecem-se, por exemplo, de mencionar que o salário mínimo na Irlanda é qualquer coisa como 1.485 euros por mês e quanto é em Portugal? 485 euros. Será que o estômago ou os direitos dos portugueses são menores do que os dos irlandeses? E depois temos pessoas que perderam a vergonha e a sensatez da humanidade e vêm para a televisão manifestarem-se contra o aumento do salário mínimo. Nunca nos esqueçamos que as ditaduras começaram sempre por menosprezar os direitos das pessoas, doméstica-las, para que elas não reivindicassem os seus direitos.

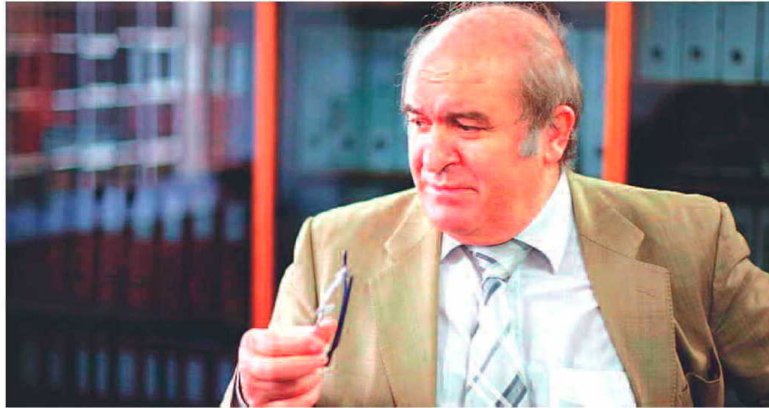
São os mesmos de sempre a pagar a crise?

Indiscutivelmente que quem tem pago esta crise são os trabalhadores por conta de outrem e os profissionais liberais. Na verdade, como costume dizer “é fácil, é barato e dá milhões”, está ao alcance de uma lei, decreto ou portaria, porque é imposto aos outros, não tem qualquer custo, pois ordena-se que as empresas e os cidadãos suportem os custos necessários para a sua determinação e cobrança e seja entregue nos cofres do Estado “certinho e direitinho”, como diz o nosso Camilo de Oliveira. Ora isto é muito mais fácil do que constituir grupos de trabalho para avaliar como é que funcionam os serviços do Estado para onde vão os nossos impostos, prender e entregar à justiça aqueles que delapidam os bens públicos. Vivemos num país em que apenas as pessoas sérias e que tiveram um azar na vida são condenadas. Aqueles que por razões de política, família ou fortuna fazem os maiores desmandos, ninguém os chateia. Atingimos em Portugal uma situação de confisco, o que leva os cidadãos a um estado de saturação.

Como será 2014 no seu entender em termos económicos e fiscais?

Em termos fiscais, não haverá aumento de salários, mas sim um aumento da fiscalidade, no caso dos

»»»»»»»»»»»»



««««««««

funcionários públicos, por efeito de mais cortes nos seus vencimentos, e no caso dos trabalhadores privados, por efeito da não atualização dos escalões de rendimento e, consequentemente, com um aumento da fiscalidade, no mínimo igual ao aumento da inflação esperada. Mas há outro tipo de fiscalidade, que poderemos denominar como fiscalidade indireta, que embora não sejam impostos, acabam por ter um peso significativo na vida das famílias, e que se traduzem na diminuição dos serviços sociais que tradicionalmente o governo presta aos cidadãos, através da saúde, ensino, etc. Ora, deixando o Estado de comportar as despesas com esses serviços, terão que ser as pessoas a pagá-los e isso diminui de forma significativa a sua disponibilidade financeira. Quanto à economia, penso que teremos que reequacionar a muito breve prazo, de uma vez por todas, qual é a natural vocação económica de Portugal. E não vale a pena andarmos a endeusar estratégias económicas que nós não dominamos. É que a importação de capitais, podendo criar postos de trabalho, tem sempre como directiva o lucro e, consequentemente, pagamento de baixos salários. As exportações, embora sejam muito importantes para o equilíbrio da balança de transações correntes, não pode ter como pressuposto os baixos salários.

Acredita que a austeridade pode ser suavizada no futuro?

Não só acredito, como entendo como um imperativo a necessidade de suavização da austeridade em Portugal. Espero é que logo que tal seja possível se inicie essa suavização a quem mais se pediu, isto é, aos trabalhadores por conta de outrem, aos profissionais liberais e aos pequenos e médios empresários, a quem muito se tem pedido e muito pouco dado em troca.

Como decorreu, na sua opinião, o primeiro ano que obrigou o envio de facturas de todas as vendas?

Por diversas razões, umas de natureza intrínseca, outras de natureza cultural, outras ainda por oportunidade, têm sustentado uma cultura de incumprimento das obrigações de cidadania, vendo a sociedade, não raras vezes nos incumprimentos, não comportamentos sancionáveis, mas antes pelo contrário mérito no incumprimento ou na busca de factos ou situações que permitam contornar a lei. A obrigação do envio das facturas é, no meu entender, uma medida mais de efeito pedagógico do que de controlo efectivo, isto é, quem não passa factura, não tem que as enviar e por isso o controlo e a tentativa de trazer para dentro do sistema, tem que ter outras componentes, sem menosprezar também este tipo de iniciativas. Não obstante, ele representou também para as empresas um esforço enorme de adaptação às novas exigências, obrigando-as a adquirir equipamentos que, em muitos casos, nem tão pouco com eles sabiam trabalhar. Embora tenha consciência do esforço que foi pedido às empresas estou de acordo com a medida, pois ela vem tornar a vida das empresas mais sustentável e transparente. Há, no entanto, uma

questão que é necessário atacar o mais urgente possível. O esforço que tem vindo a fazer no domínio do cumprimento, é demasiado orientado para os que estão dentro do sistema, deixando a ideia que apenas esses são vítimas da sua vontade de legalidade. É necessário um esforço concertado de detectar e trazer para dentro do sistema, não só aqueles que andam dele arredados, mas também aqueles que estando por dentro com uma aparência de normalidade, de facto não a têm. É um pormenor de grande importância, pois se todos pagarem a sua parte nas despesas do país, então todos poderemos pagar apenas o que se deve pagar.

Numa altura em que muitas famílias organizam os papéis e começam a pensar no IRS, haverá muitas novidades neste capítulo?

Evidentemente que haverá muitas novidades, infelizmente de cariz negativo. O que se está a passar com o IRS é algo que a todos deverá preocupar, pois assistimos a uma total descaracterização do IRS emergente da reforma fiscal de 1988. A grande virtualidade do IRS, quando comparado com o sistema de tributação anterior, era que este imposto, pela primeira vez na história fiscal portuguesa, fazia um acentuado esforço em encontrar a real capacidade tributária dos contribuintes. Como? Ficcionando a situação excedentária de uma vida normal, possibilitando a dedução razoável para uma família normal, sempre com base na justificação documental. Na medida em que impossibilitam a dedução destas despesas, mesmo que apenas em alguns escalões de rendimentos, estamos a retirar ao IRS a sua mais rica característica de humanização do imposto e um regresso encapotado à retenção na fonte, como se verificava antes de 1988. Imagine duas famílias em que ambos os cônjuges ganham 1.000 euros por mês e cada casal tem dois filhos. No final do ano terão, em termos brutos, 28 mil euros. Imagine-se que uma daquelas famílias tem um filho que, no decurso do ano, teve uma doença e que os pais gastaram com médicos e remédios, por exemplo 7.500 euros, e que a outra família, felizmente, não teve qualquer problema de saúde e que tudo correu normalmente. Então, no final do ano, a situação financeira de uma das famílias tem intacto 28.000 euros e a outra terá os 28.000 menos os 7.500 que se viu forçada a gastar com o filho. Será fiscalmente justo que ambas as famílias paguem o mesmo valor de imposto? Evidentemente que não. Mas a tributação na fonte é exatamente isso que provoca. Ora, no ano de 2013, há um conjunto muito significativo de famílias que, de acordo com o seu escalão de rendimento, não vão poder deduzir quaisquer valores que tenham suportado com a saúde, habitação, educação, etc. São exatamente esses os que, injustamente, verão o seu IRS aumentar de duas maneiras. A primeira por efeito de aumento da taxa, a segunda pela impossibilidade de dedução de quaisquer valores o que fará subir a matéria coletável e, consequentemente, o imposto. À boa maneira portuguesa, não obstante na altura própria se haver alertado, só nos apercebemos das coisas depois da geração dos seus efeitos.